

Mons. Belo: "É urgente a realização de um referendum..."

Durante o mês de Fevereiro, o Administrador Apostólico de Dili, Carlos Filipe Ximenes Belo, desenvolveu intensa actividade epistolar internacional: cartas para o Bispo de Setúbal, D. Manuel Martins, para o Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar, e para o Núncio Apostólico em Jacarta, Mons. Canalini.

Em todas elas, a denúncia da continuada violação dos direitos humanos em Timor-Leste e — facto novo! — o reconhecimento da necessidade de um referendo para a resolução do conflito.

O comportamento de Mons. Ximenes Belo ao longo dos seis anos do seu mandato tem sido, no mínimo, polémico. Tendo substituído, em 1983, Mons. Martinho da Costa Lopes, personalidade nacionalista forte e muito respeitada pela população e pelos ocupantes, o actual Administrador tem dado mostras de ser espírito muito influenciável, de uma grande falta de firmeza e coragem nas suas convicções e muito sensível às benesses do mundo material. Ainda está na nossa memória a Carta do Concelho Presbiteral de Dili de 1 de Janeiro de 1985 em que, face à violenta reacção das autoridades coloniais indonésias, Mons. Belo veio a público retratar-se declarando, ambigualmente, que não tinha sido ele quem tinha escrito aquela Carta.

O ano passado, informações vindas do interior davam conta do comprometimento de sectores da Igreja Católica timorense — a que não seria alheio o próprio Administrador Apostólico — na organização de uma emboscada para prender o presidente do CRRN (Conselho Revolucionário de Resistência Nacional) Xanana Gusmão.

Este comportamento está, aliás, segundo observadores ligados à própria Igreja Católica, a conduzir a população à desconfiança relativamente à hierarquia local e a "virar os olhos, cada vez mais, para outros lados".

Talvez pressionado pelo Vaticano para tomar iniciativas que possibilitem a recuperação da sua imagem e do seu papel de mediano no conflito, ou por um assomo de nacionalismo, o Administrador Apostólico saiu a terreiro em 5 de Dezembro último, denunciando, em Nota Pastoral, a vaga de prisões que antecedeu e que se seguiu à visita de Suharto a Dili e as torturas e maus tratos a que foram submetidos os presos.

As cartas de Fevereiro inscrevem-se nesta linha.

"QUE SUA EXCELENCIA DEMONSTRE COM FACTOS..."

A D. Manuel Martins, Mons. Belo pede que faça chegar ao

NESTE NÚMERO:

- Mons. Belo: "É urgente a realização de um referendum..."
- Deputados e jornalistas visitam Timor-Leste
- Prémio da ONU para Suharto



"Mons. Belo dando o braço a Madame Suharto e a Madame Carrascalão

TIMOR LINK

Secretário-Geral da ONU uma sua carta pessoal onde afirma:

"Tomo a liberdade de escrever a Sua Excelência o Senhor Secretário Geral para levar ao seu conhecimento que o processo de descolonização do Timor Português ainda não está resolvido pelas Nações Unidas e convém não deixá-lo no esquecimento. Para nós o Povo de Timor, pensamos que temos de ser consultados sobre o destino da nossa terra. Por isso, (...), como responsável da Igreja Católica e como cidadão de Timor, venho pedir ao Senhor Secretário Geral para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um REFERENDUM. O Povo de Timor tem de ser ouvido através de um plebiscito quanto ao seu futuro. Até agora, o povo ainda não foi consultado. São os outros que falam em nome do Povo. É a Indonésia que diz que o Povo de Timor Timur já escolheu a integração, mas o próprio povo de Timor nunca disse isso. Portugal quer deixar ao tempo a resolução do problema. E nós vamos morrendo como povo e como nação.

"O Senhor Secretário Geral é democrata e amigo dos direitos humanos. Pois sua Excelência que demonstre com factos o respeito pelo espírito e letra da Carta das Nações Unidas que concede a todos os povos deste Planeta o direito de escolherem o próprio destino, livre, consciente e responsabilmente. Excelência: não há um modo mais democrático de saber a vontade suprema do Povo Timorense a não ser a

realização de um REFERENDUM promovido pelas Nações Unidas para o Povo de Timor."

Na Carta para o Núncio Apostólico, Mons. Ximenes Belo faz, a pedido daquele, uma descrição do que é o Yayasan St. António.

"(...) Em primeiro lugar, o chamado Yayasan St. António não é um Yayasan (fundação) propriamente dito, porque para ser Yayasan (...) ele teria de ser uma organização com Corpos Gerentes reconhecidos (...), teria de ter regulamento (...) aprovado pelo Notário (...). Ora esta é uma organização secreta e as suas actividades são secretas. O seu fundador é um tal ANANIAS DO CARMO, natural do Oe-Kussi, guru (professor) na Sekolah Dasar Katolik de Balide-Dili. (...) Começou esta organização as suas actividades em 1984.

"Paralelamente, ia surgindo outra associação, denominada 'PARTIDO CLANDESTINO' mais de teor político e reunia os timorenses descontentes contra a situação (ocupação indonésia). Entre os chefes destacava-se o AFONSO PINTO, chamado LAFAIK. Alguns membros eram militares timorenses, polícias, funcionários do Estado e alunos. A finalidade da organização, segundo as palavras do próprio LAFAIK, é para combater a 'corrupção'. Nos finais de 1987 esta organização foi descoberta e o Lafaik, em 1988, foi mandado para Viqueque para combater os guerrilheiros da Frente. Mais ou menos em 1988, estas duas organizações fundiram-se e tiveram como objectivo matar o Presidente Suharto quando este viesse visitar Timor. Por causa dos desentendimentos entre os membros de Watolari, por causa de algumas questões, houve denúncias mútuas e a organização foi descoberta pelos militares. Seguiu-se uma onda de prisões e interrogatórios (homens, mulheres e alunos). (...) Neste momento a situação acalmou. Alguns dos líderes continuam presos (detidos). Serão julgados? Não sei. Ainda não sabemos se o Yayasan foi fundado só pelos Timorenses ou há forças ocultas por trás. O pior de tudo, é que todo aquele carnaval de prisões e interrogatórios foi montada por alguns oficiais que queriam obter prémio de Suharto!!".

Mons. Ximenes Belo junta à carta para Mons. Canali duas folhas com casos específicos recentes de violações dos direitos humanos:

"I — O facto de a Indonésia invadir e ocupar militarmente Timor, não dando sequer a possibilidade ao Povo de Timor a manifestar aquilo que sente é já de per si um abuso de direitos humanos, contra a Carta das Nações Unidas.

"II — É proibido falar de política; são proibidas as associações, as reuniões, circular de noite. Estes são factos de cada dia. É proibido falar de independência, de autonomia e falar de referendun. Todos são obrigados a falar de PANCA-SILA [a ideologia do Estado indonésio], de PEMBANGUNAN [desenvolvimento]. No aspecto da religião, não há direito em ficar a-religioso, ateu, animista. Todos têm de escolher uma religião. (...)

"III — Em Dilor-Lacluta, os elementos do Batalhão 726 mataram:

A) 1 — Carlos Mendes da Silva, de 22 anos de idade, assassinado a 31 de Outubro de 1988 com 18 balas no corpo;
2 — Luis da Cruz, de 20 anos de idade, com 18 balas no corpo.

Foram mortos publicamente diante de 15 pessoas (tenho os nomes).

B) Pessoas civis espancadas:

1. Araújo Fernandes (...)
2. Agostinho Lo'o (...)
3. Francisco Parada Martins (...)
4. Luís Ximenes
5. Loi 'Ouela (...)
6. Alarico Martins (...)
7. Moisés Ximenes (...)

No dia 5 de Novembro de 1988 o Comandante do Sector mandou o Sr. Afonso Lafaik a dizer ao Povo que o assassinato foi praticado pela Fretilin.

No dia 7 do mesmo mês, o Comandante do sector e as autoridades de Viqueque foram fazer o esclarecimento em Lacluta à população, dizendo que os factos eram actos da

Fretilin (MENTIRA PÚBLICA: DAS AUTORIDADES E ALGUMAS CATÓLICAS APOSTÓLICAS E ROMANAS).

"IV — Houve mais mortos pelos militares em Ossu (4 pessoas), Lacluta (5 pessoas), Viqueque (2 pessoas), Gariwai-Baucau (2 pessoas), Luro (1 pessoa).

"Seria uma cantilena de assassinatos em nome de Keamanan [Segurança].

V — Ameaças e pressão psicológica contra os funcionários para não divulgarem esses diversos assassinatos, porque se não perdem o cargo, o NIP e são também mortos. Enfim, vivemos nisso desde 1976...

"Desde 1983, no ano em que fui nomeado Administrador Apostólico, todos os anos assistimos sempre aos mesmos abusos. Já e sempre falámos com as autoridades, mas o resultado é sempre o mesmo. É o povo que sofre. Por isso, é urgente a REALIZAÇÃO DE UM REFEREDUM, para perguntar ao Povo de Timor se aceita a integração.

"Em Timor vivemos sobre a pressão psicológica da Dita-dura. A última notícia: os militares já treinam e pagam a antigos prisioneiros de Yayasan Santo António para vigiar os padres nas paróquias. Com isto se pode perguntar: desde quando é que não existiu o abuso dos direitos humanos em Timor Oriental?"

"FORA COM OS INDONÉSIOS!"

Entretanto, a convite do consul indonésio em Darwin, deslocou-se a Dili uma equipa de futebol formada por jogadores timorenses radicados na Austrália.

Esta deslocação provocou acesa polémica dentro da comunidade timor que vive naquele país, pois enquanto uns defendiam a ida com base na oportunidade que ela oferecia de se contactarem os compatriotas sob a ocupação, outros atacavam-na dizendo que ela não era mais do que uma tentativa das autoridades coloniais indonésias de propagandear o seu "desenvolvimento" junto dos timorenses na diáspora.

A visita acabou por se efectuar entre os dias 5 e 12 de Abril passado, tendo os jogadores timorenses ido da Austrália sido recebidos, quando chegaram ao estádio de Dili para o seu primeiro treino às 6,30h da manhã, com inscrições nas paredes do mesmo, em português, dizendo: "Fora com os indonésios!", "Viva a Fretilin!" e "Portugal é bem-vindo". Ao depararem com este espectáculo, as autoridades de ocupação "pediram" para o treino acabar mais cedo e, no dia seguinte, já estava tudo pintadinho de fresco com polícia em volta.

NOMEADO VICE-GOVERNADOR MILITAR

A imprensa indonésia noticiou, por sua vez, a nomeação de um vice-governador para Timor-Leste. Trata-se do coronel A. B. Saridjo, com uma larga folha de serviços no Ministério da Defesa e da Segurança da Indonésia e que anteriormente desempenhava as funções de Secretário da administração "provincial" de Timor-Leste.

Este cargo, criado em 1976, estava vago desde 1982 tendo sido ocupado durante aquele período por Francisco Lopes da Cruz, conhecida personalidade pró-integracionista timorense.

Na tomada de posse, presidida pelo Ministro do Interior Rudini, este voltou a apelar à população para colaborar com o governo local na criação de uma melhor atmosfera para acelerar os programas de desenvolvimento. Rudini disse ainda esperar, com esta nomeação, que aumente a produtividade da administração do território.

A dúvida que fica no ar é a de saber se isto será uma forma de coartar a margem de manobra do governador Carrascalão. □



Deputados e Jornalistas visitam Timor-Leste

Na sequência do anúncio de abertura oficial de Timor-Leste ao exterior, feita em 27 de Dezembro pelo Presidente Suharto, a diplomacia indonésia tem vindo a promover visitas de jornalistas e grupos de políticos estrangeiros cuidadosamente seleccionados ao território.

Dando continuidade à política ensaiada o ano anterior, os convidados são não já apenas elementos do "lobby" pró-indonésio, jornalistas corruptos e políticos ultra-conservadores, mais ou menos desprestigiados (prática corrente durante o "período Mochtar"), mas incluem jornalistas independentes e políticos moderados ou mesmo de esquerda.

Embora a jogada seja arriscada e os resultados sejam algo contraditórios, é um exemplo de ousadia e iniciativa política, que faz inveja à nossa muitas vezes trôpega e formal diplomacia.

TORTURA SIM, NAS NÃO MUITA...

Uma das mais recentes visitas foi a de um grupo de 7 parlamentares ingleses (conservadores e trabalhistas), que em viagem por vários países do Sueste Asiático, estacionaram uma semana na Indonésia, tendo também visitado Dili, em 7 e 8 de Março último. Os parlamentares tiveram oportunidade de se encontrar com 4 presos políticos timorenses detidos na prisão de Becora, os quais se queixaram de terem sido alvo de torturas por meio de pancadas, queimaduras de cigarro e choques eléctricos. Segundo despacho de Jacarta da Reuter, datado de 1 de Março, um dos membros da delegação britânica, a Sra. Anne Clwyd, mostrou-se bastante agradada pelo facto de terem sido autorizados (e sem grandes demoras) a contactar com os presos e ainda por estes lhe terem referido que desde 1987 não têm sido torturados. Daí até extrair-se a conclusão de que a situação tem melhorado substancialmente, vai um pequeno passo, dado com toda a ligeireza pela referida agência noticiosa e por outros órgãos de informação que a citam (caso da *Far Eastern Economic Review*).

É, todavia, um passo apressado e de todo em todo ilegítimo. Com efeito, os presos em questão fazem parte de um pequeno grupo com identidades e história prisional perfeitamente referenciada pela Indonésia (que a facultou inclusive à Cruz Vermelha Internacional, organismo que tem acompanhado a situação destes detidos): nada de espantoso portanto que a Indonésia autorizasse o encontro (o inverso é que seria notável...). O problema de fundo é que espalhados por dezenas de outras prisões na ilha e fora de qualquer controlo, seja da CVI, seja de qualquer outro organismo humanitário, se encontram presos muitas centenas (milhares?) de outros timores.

Quanto à ausência de torturas, nada de assombroso também. Em todos os casos se trata de presos de longa duração (por exemplo, um dos entrevistados, Aleixo Guterres, foi condenado a 12 de detenção): é natural que as torturas mais brutais ocorressem nos primeiros tempos de prisão quando existiam informações úteis e actuais sobre a Resistência a extrair-lhes.

Em declarações prestadas à publicação inglesa *Tapol*, Ann Clwyd refere que o programa do primeiro dia da visita foi, inesperadamente, amputado da audiência com o Bispo Ximenes Belo ("indisponível" para o encontro, segundo os funcionários indonésios), impossibilitando ouvir uma voz que, ultimamente, se tem mostrado bastante crítica. Quanto ao segundo dia, a deslocação agendada para Baucau ficou também por concretizar, por súbita "indisponibilidade de helicóptero"; assim sendo, os parlamentares britânicos deslocaram-se aos arredores de Dili, onde "mal houve tempo para uma vista-de-olhos e não nos encontrámos sequer com um vulgar timorense com quem pudéssemos conversar sobre as suas condições de vida". Em contrapartida, os deputados tiveram todo o tempo que quiseram para ouvir as arengas do "governur" Carrascalão e do Ministro da Defesa Murdani (audiências obrigatórias de qualquer visita de estrangeiros a Timor-Leste).

NA MIRA DE UM BLINDADO INDONÉSIO

Também vários jornalistas têm visitado ultimamente Timor-Leste. Embora o tom geral dos artigos (ou pelo menos dos títulos) dê a sensação de que a Indonésia está a facilitar as entradas no território, após leitura atenta verifica-se a existência de informações contraditórias e que os próprios autores dos artigos não estão absolutamente seguros quanto a essa "abertura".

A primeira das visitas de que temos conhecimento foi realizada por um jornalista japonês do *Yomiuri Shimbun* no início de Janeiro deste ano. Em artigo publicado em 14 desse mês, descreve como lhe foi recusado o acesso ("**por razões de segurança**") a 5 áreas do território (trata-se dos 5 distritos das zonas central a leste) e como nas restantes áreas as deslocações tiveram que se realizar de helicóptero. Nas suas palavras, a proclamada abertura "**foi um desapontamento**", pois só os que podiam pagar as caras passagens de avião se mostravam satisfeitos enquanto que "**para a maioria dos timorenses pobres nada tinha mudado**".

Outro jornalista que visitou Timor-Leste foi Martin Cohn do *Toronto Star*. Conforme relata na edição de 5 de Fevereiro deste jornal canadiano, as suas deslocações foram sempre acompanhadas de uma "escolta de soldados armados, agentes de segurança à paisana e outros funcionários governamentais. Em algumas entrevistas [com timorenses] chegava a registar-se a presença, além de mim, dos funcionários do Serviço de Informação, do protocolo e do Serviço de Segurança. Custou-me imenso convencer os meus 8 controladores a manterem-se afastados durante a visita que fiz ao orfanato de Venilale [no qual vivem cerca de centena e meia de crianças, algumas delas filhas de guerrilheiros que andam nas montanhas]. Mesmo assim, um homem que me foi identificado como informador 'cobriu-me' todo o tempo e fotografou todo aquele que quis falar comigo".

Em artigo publicado no *The Guardian*, em 22 de Fevereiro, a jornalista Juliete Rix afirma "ser agora possível chegar a Dili sem necessidade quer de autorização de entrada, quer de escolta oficial e apanhar autocarros para qualquer parte de Timor"; mais adiante declara, todavia, que isto "não significa que o exército tenha diminuído a sua intervenção" e que "o controlo continua". Refere, nomeadamente, que os potenciais visitantes a partir de Timor Ocidental (de onde se efectuam a maior parte das ligações aéreas com Dili) são informados pelas autoridades locais da necessidade de autorização especial.

Vários pormenores descritos nesta notícia levantam sérias interrogações sobre o teor e a amplitude da anunciada abertura: é o caso dos postos militares de controlo nas estradas a leste de Dili, espaçados de 20 em 20 kms (segundo Julie Rix "não é invulgar encontrarmo-nos na mira de uma arma de um qualquer jeep militar ou carro blindado"); é ainda a observação de que "muitos timorenses têm medo de falar com estrangeiros", por medo de represálias físicas e psicológicas. O artigo do *The Guardian* termina com o voto piedosamente ingénuo de que talvez o crescente número de visitantes estrangeiros possa "ajudar a moderar o comportamento de certos sectores militares". □

Prémio da ONU para Suharto

No próximo dia 8 Junho o Presidente Suharto da Indonésia deslocar-se-á à sede das Nações Unidas para receber o Prémio da População de 1989. Este prémio foi-lhe atribuído ex-aequo com o Programa Nacional de Bem-Estar Familiar do Togo.

O prémio é atribuído anualmente e destina-se a premiar um ou mais indivíduos/instituições que tenham dado uma importante contribuição tanto para o aumento da consciência dos problemas de população como também para a sua solução.

Segundo a comissão atribuidora do prémio, Suharto deu, durante os últimos 20 anos, um grande apoio ao programa nacional de planeamento familiar da Indonésia. As taxas de nascimento, de fertilidade e de mortalidade infantil descenderam drasticamente e a taxa de utilização corrente de contraceptivos é de cerca de 50% nos casais em idade fértil.

MAIS UM "CONTRIBUTO" DE SUHARTO: O CONTROLO DE NASCIMENTOS

A Indonésia luta com problemas de superpovoamento e uma taxa de crescimento demográfica elevada agrava ainda mais o problema alimentar já que a Indonésia não é auto-suficiente. O controlo de nascimentos deveria ser pois um instrumento que elevasse o bem-estar da população e não, como está a acontecer, imposto numa forma compulsiva e irracional a uma grande parte da população. Uma boa reputação no controlo da população assegura a Suharto a ajuda externa (o sucesso do controlo de nascimentos é muitas vezes uma das condicionantes para a ajuda estrangeira). Este facto é um incentivo para Suharto. As mulheres, das quais a reputação de Suharto depende visto que a contracção masculina é rara, são compradas com incentivos o que lhes dá pouca liberdade de escolha. Os incentivos variam entre incentivos colectivos — se existir na aldeia uma mulher que não se registe no planeamento familiar, a aldeia não receberá o prémio do Governo que pode ser por exemplo uma debulhadora de arroz — a outros mais compulsivos a que o planeamento familiar lança mão para atingir as metas impostas pelo Governo: os salários são recusados às famílias das mulheres que engravidem com intervalos inferiores a 4 anos ou que tenham mais de 2 filhos, as mulheres solteiras grávidas são multadas e só aquelas que se registarem no planeamento familiar poderão ter tratamento médico.

CONTROLO DE NASCIMENTOS EM TIMOR-LESTE TAMBÉM DÁ PRÉMIO?

A oposição dos timores à política de contracepção baseia-se na tradição — é um povo que tradicionalmente tem grandes famílias — e também em motivos religiosos pois são predominantemente católicos.

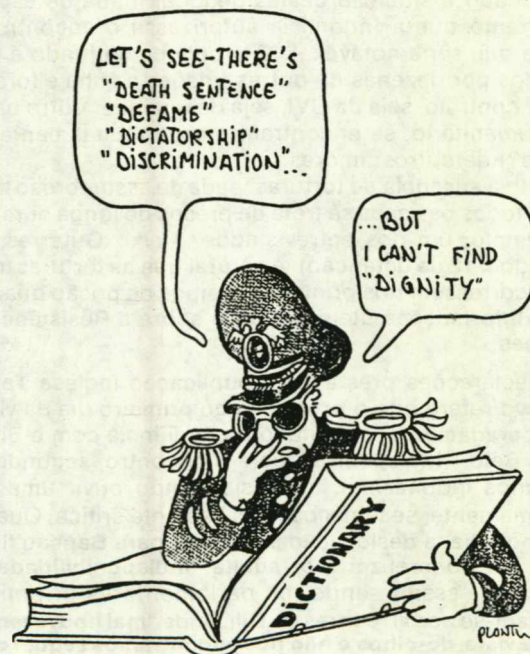
O Gabinete de Coordenação do Planeamento Familiar (BKKBN) está mais atarefado em Timor-Leste do que na própria Indonésia. Num relatório preparado pela Associação de Paternidade Planeada Indonésia destinado às Associações de Planeamento Familiar Europeias, baseado em dados de 1986, revela-se que a Indonésia gasta quase o dobro, por casal fértil, em Timor-Leste do que na Indonésia. Contudo não existem tantas reuniões para informação pública sobre planeamento familiar como na Indonésia e são feitas muito menos visitas aos dirigentes das comunidades e lares. O "East Timor News" (Memo 4, Maio 88) conclui que estas disparidades parecem indicar um grande grau de envolvimento por parte das autoridades indonésias (em despesas e pessoal) mas ao mesmo tempo não são feitos esforços para que os timores se associem aos programas de livre vontade... (e) conduz à suspeita da natureza imposta pelo programa.

A extraordinária disparidade no número de mulheres que

utilizam contraceptivos injectáveis apoia este ponto de vista: na Indonésia 29,1% das mulheres usam injectáveis e em Timor-Leste são 64,4% (maior percentagem que em qualquer província indonésia).

As "vantagens" do Depo-Provera e Net-Oen bem publicitadas pelos seus fabricantes — efeito contraceptivo duradouro, rápida e fácil aplicação — traduzem-se em desvantagens para os timorenses. A resistência religiosa e popular ao planeamento familiar estatal indonésio leva os funcionários, para poderem atingir os seus objectivos, a recorrer à possibilidade do logro que a droga oferece. À introdução dum DIU (dispositivo intra-uterino) não é facilmente dada outra razão sem ser a relacionada com a reprodução, mas as razões porque são dadas injeções são as mais variadas.

Foi revelado recentemente que as mulheres em Timor-Leste são esterilizadas e tratadas com contraceptivos injectáveis sem o seu conhecimento. Levantaram-se suspeitas quando nos liceus todas as raparigas, mas nenhum rapaz, foram injectadas, segundo fontes oficiais, com vacinas anti-tetânicas. O BKKBN negou, em Dez. 88, que houvesse compulsividade no programa de planeamento familiar em Timor-Leste e respondendo aos protestos do governador Mário Carrascalão adiantou que as injeções só foram dadas às raparigas para precaver doenças nos seus futuros filhos. Em resposta Carrascalão advertiu que o "controlo de nascimento em Timor-Leste é um tema muito sensível" confirmando os receios que as injeções eram de facto contraceptivas. □



UNESCO PRESS